



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INF MURILO LEONE BUENO DA SILVA**

**O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

**Rio de Janeiro  
2020**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INF MURILO LEONE BUENO DA SILVA**

**O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Operações Urbanas, pós-graduação universitária lato sensu.

**Rio de Janeiro**

**2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMIL  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **CAP INF MURILO LEONE BUENO DA SILVA**

Título: **O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Operações Urbanas, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Membro	Menção Atribuída
<b>ARONES LIMA DA ROSA - Ten Cel</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>THYAGO DA FONSECA RIBEIRO JACÓ - Cap</b> 1º Membro e Orientador	
<b>ÉVERTON CAMPOS PINHEIRO - Cap</b> 2º Membro	

**MURILO LEONE BUENO DA SILVA – Cap**  
Aluno

**O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

Murilo Leone Bueno da Silva\*  
Thyago da Fonseca Ribeiro Jacó\*\*

**RESUMO**

O presente trabalho destina-se a analisar o emprego da Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), no complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando os pontos positivos e negativos dessa operação, tanto para o Exército Brasileiro como para a sociedade como um todo, realizando uma reflexão sobre a pacificação no combate as Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas. A operação em questão foi autorizada pela Presidência da República, em caráter temporal, atendendo a um pedido de apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro no combate ao Crime Organizado e foi oficializada através da Diretriz Ministerial nº 9, assinada pelo então Ministro da Defesa Sr. Celso Amorim. Esta Operação teve a duração de quatorze meses, de abril de 2014 a junho de 2015, e se caracterizou pela sua duração com a presença permanente da tropa na comunidade durante todo o período.

**Palavras-chave:** Operação São Francisco, Pacificação, Garantia da Lei e da Ordem, Operações Urbanas, Combate a Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, reflexões.

**RESUME**

The present scientific article aims to analyze the employment of the Pacification Force IV (São Francisco Operation), in the Maré slum complex, in the city of Rio de Janeiro, highlighting the positive and negative aspects of this operation, both for the Brazilian Army and for society as a whole, reflecting on pacification in relation to combating criminal organizations linked to drug trafficking. The operation in question was authorized by the Presidency of the Republic, on a temporary basis, in response to a request for support from the State Government of Rio de Janeiro in the fight against Organized Crime and was made official through Ministerial Guideline No. 9, signed by the then Minister of Defense Mr. Celso Amorim. This Operation lasted for fourteen months, from April 2014 to June 2015, and was characterized by its duration with the permanent presence of the troops in the community throughout the period.

**Keywords:** San Francisco Operation, Pacification, Guarantee of Law and Order, Urban Operations, Combating Criminal Organizations linked to drug trafficking, reflections.

---

\*Capitão da Arma de Infantaria Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

\*\*Capitão da Arma de Infantaria Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2007 e Pós Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 2017.

## 1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas (FFAA) brasileiras são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. São Instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

O Artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, versa que as FFAA se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e à Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Em episódios da história recente, as FFAA, em especial o Exército Brasileiro (EB), foram empregadas por diversas vezes em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), dentro do contexto mais moderno, de Operações de Coordenação e Cooperação com Agências, mais especificadamente na cidade do Rio de Janeiro.

O envio de tropas visando a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por determinação presidencial, ocorreu de forma temporária e episódica nas Operações Arcanjo (2010 - 2012), nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, São Francisco (2014 - 2015), no complexo de favelas da Maré e mais recentemente, na Intervenção Federal junto ao Estado do Rio de Janeiro, em 2018, dentre outras.

O tema a ser desenvolvido por este trabalho envolve especificamente a Operação São Francisco que foi autorizada pela Presidência da República, em caráter temporal, atendendo a um pedido de apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro no combate ao Crime Organizado.

A missão foi oficializada através da Diretriz Ministerial nº 9, assinada pelo então Ministro da Defesa Sr. Celso Amorim, que estabelecia as condições de emprego da tropa em Op GLO, a constituição da Força de Pacificação (F Pac) como uma Força Conjunta e as limitações geográficas e temporais. Esta Operação teve a duração de quatorze meses, de abril de 2014 a junho de 2015, e se caracterizou pela sua duração com a presença permanente da tropa na comunidade durante todo o período.

Incumbiu-me a Excelentíssima Senhora Presidente da República de informar que, atendendo à solicitação contida na Exposição de Motivos no 00039/GSI de 28 de março de 2014, fundamentada no Art. 142 da Constituição Federal, nos § 1o a § 6o do Art. da Lei Complementar no 97/1999 e nos Art. 2o a 4o do Decreto no 3.897/2001, autorizou o emprego das Forças Armadas [...] (PRISCO, 2015).

É evidente que nessas situações o EB enfrentou e combateu o Crime Organizado (CO) ligado ao tráfico de drogas.

Assim, diante do exposto, torna-se de fundamental importância conhecer os resultados positivos e negativos havidos nesta operação, não somente para o EB, mas também para a comunidade como um todo em especial no tocante ao combate ao Crime Organizado ligado ao tráfico de drogas.

## **1.1 PROBLEMA**

O emprego da tropa no tipo de operação em questão é regulado pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999 e pelo Decreto 3897, de 2001, que concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.

Nessas ações, as FFAA agem de forma episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, garantindo o funcionamento regular das Instituições. A decisão sobre o emprego excepcional das tropas é feita pela Presidência da República, por motivação ou não dos governadores, ou dos presidentes dos demais poderes constitucionais.

Exemplo de uso das FFAA na GLO foi o emprego de tropa em operações de pacificação em comunidades do Rio de Janeiro, como foi o caso da Operação São Francisco nos anos de 2014 e 2015, na qual a tropa foi empregada para garantir a lei e a ordem enfrentando diretamente Organizações Criminosas (ORCRIM) ligadas ao tráfico de drogas.

De forma sistemática, o EB coletou dados, realizou observações, reuniu experiências individuais e coletivas, desenvolvendo, em consequência, Conhecimento de Interesse da Doutrina (CID) para o emprego da tropa.

Diante deste panorama, surge o problema que dá origem ao presente trabalho: o Conhecimento de Interesse da Doutrina desenvolvido a partir do emprego da Força de Pacificação IV, na Operação São Francisco, pode ser submetido a análise para evidenciar os pontos positivos e negativos dessa operação, tanto para a tropa como para a sociedade como um todo, refletindo sobre a pacificação, especialmente em relação ao combate as Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral:**

- Analisar o emprego da Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), no complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando os pontos positivos e negativos dessa operação, tanto para o EB como para a sociedade como um todo, refletindo sobre a pacificação em relação ao combate as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas.

### **1.2.2 Objetivos Específicos:**

a. Analisar os antecedentes históricos e legais do emprego da Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), em 2014, no complexo de favelas da Maré;

b. Conhecer o que são e quais são as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas atuantes na área de operações;

c. Avaliar quais foram os reflexos da Operação, para Militares e Civis, evidenciando aspectos positivos e negativos do emprego da tropa para ambos bem como os resultados numéricos das operações no antes, no durante e após a operação;

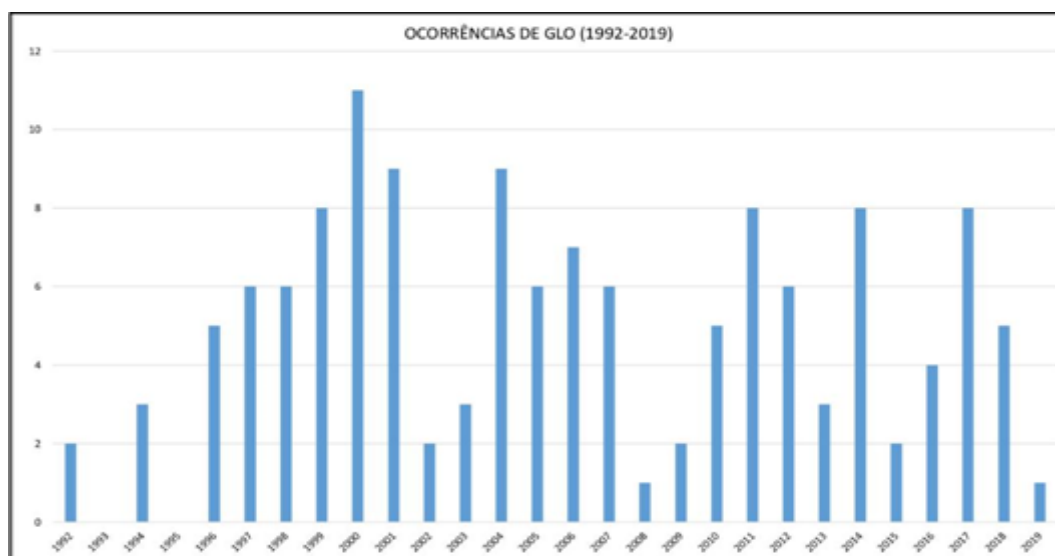
d. Relatar as experiências adquiridas após a observação como participante da operação, no ano de 2014, na condição de Comandante de Pelotão (Cmt Pel) na missão;

e. Compilar e avaliar as experiências dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, adquiridas como integrantes da operação no ano de 2014, nas diversas funções;

f. Verificar quais foram os reflexos para o EB e para a sociedade evidenciados nessa operação e como podem contribuir para a implementação da Doutrina Militar Terrestre (DMT), especialmente em relação ao combate as Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas;

## **1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES**

Ao analisar a literatura sobre o tema é possível verificar que este tipo de operação começou a surgir com mais frequência do início da década de 1990, até os dias atuais, sendo que nas últimas três décadas as FFAA já foram empregadas em mais de 130 ocasiões, conforme a Tabela 1 abaixo:



**Tabela 1:** DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GLO 1992 - 2019

Fonte: [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)

Por meio da revisão inicial da literatura acerca desse tipo de operação, observou-se que não há um estudo específico do assunto, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento, abrangendo análises e resultados não apenas para a Força Terrestre mas para a população da área, de forma conjunta.

O estudo do Objeto do presente trabalho, poderá servir de subsídio para o preparo e emprego de tropa, nesse tipo de operação, bem como as consequências e as implicações para a Força Terrestre e para a População especialmente em relação ao combate as Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

O Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre - 2019 (BRASIL, 2019), que objetiva primordialmente manter a DMT dinâmica, moderna e ajustada com as realidades dos contextos regional e internacional além de coerente com as determinações políticas, estratégicas e operacionais do Ministério da Defesa (MD) e do Exército Brasileiro, estabelece também o aperfeiçoamento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) bem como da prosseguimento a implementação das bases para a DMT, de forma contínua e oportuna, por meio de sua permanente atualização, inclusive com o Sistema de Acompanhamento Doutrinário e Lições Apreendidas (SADLA) do Exército Brasileiro.

Ainda, no tocante ao estudo dos reflexos para a população, quanto emprego das FFAA, em especial da Força de Pacificação IV na Operação São Francisco, no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, a presente pesquisa pode contribuir para melhorar a imagem da Força Terrestre em diversas situações através da Comunicação Social do Exército junto a sociedade brasileira.



## 2. METODOLOGIA

Nesta fase objetiva-se apresentar minuciosamente as etapas a serem percorridas na presente pesquisa. Buscar-se-á especificar os procedimentos necessários para se chegar aos agentes envolvidos na Operação São Francisco na cidade do Rio de Janeiro e refletir junto destes os aspectos positivos e negativos das operações junto à comunidade local e a sociedade como um todo.

Assim foi pretendido obter as informações de interesse e analisá-las, contemplando a escolha do espaço do estudo, a seleção do grupo de pesquisa, o estabelecimento dos critérios de amostragem, como também a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

O trabalho utilizou métodos qualitativos através de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Estes, segundo Yin (2001), representam uma investigação empírica e compreendem um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

O trabalho foi classificado como: descritivo e aplicado. Descritivo pois se pretendeu descrever os procedimentos do Exército Brasileiro em uma Operação de GLO, tendo como principal objetivo a descrição de algo (Malhotra, 2001); e aplicado, visto que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (SILVA; MENEZES, 2001).

### 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Sobre o tema do estudo foi realizado uma revisão dos conteúdos já existentes, que tratam sobre Op GLO no contexto das Operações de Coordenação e Cooperação com Agências: Instruções Gerais (IG), manuais, normas, legislação vigente, diretrizes publicadas pelo EB e artigos nacionais e internacionais voltados para esse tipo de emprego.

Para adquirir os conhecimentos necessários, a fim de fundamentar conceitual e legalmente as investigações sobre o objeto deste estudo, são apresentadas as principais fontes sobre as quais se sustentarão a temática proposta.

A Defesa Nacional é conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2016c, p. 5).

Buzan (1997) destaca que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e social.

De acordo com Pfaender (2013) “segurança, que deriva do latim *securitas*, refere-se à qualidade daquilo que é seguro, ou seja, àquilo que está ao abrigo de quaisquer perigos, danos ou riscos”.

De acordo com BRASIL (2014, p. 3-1):

A evolução do ambiente operacional refletiu profundamente no Brasil, apresentando demandas por segurança devido à existência de ameaças internas com possibilidades de agressões ao estado e à população civil. Diante disso, a F Ter passou a adequar seu preparo e seu emprego para operar em meio à população civil brasileira.

O conceito de cooperação e coordenação com agências fica evidente ao analisar o Decreto nº 7.957, art. 1º, parágrafo único, que “estabelece a articulação, integração e cooperação entre os órgãos e entidades públicas ambientais, Forças Armadas, órgãos de segurança pública e de coordenação de atividades de inteligência” (BRASIL, 2013).

Conforme o Comando de Operações Terrestres (BRASIL, 2017b), as operações básicas de cooperação e coordenação com agências são empregadas em situações de não guerra, são as executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições, definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes. Buscam evitar a duplicidade de ações e a dispersão de recursos, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Aqui se enquadram as operações de GLO, amplamente estudadas e difundidas pela DMT atual. As Operações de Cooperação e Coordenação com Agências também englobam as atribuições subsidiárias da Força, que podem ser gerais ou particulares. As gerais são cooperações com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. “As atribuições particulares constituem uma contribuição das FFAA para as ações governamentais em assuntos de natureza não militar” (BRASIL, 2007, p. 45).

A Doutrina Militar Terrestre (2014a, p. 2-1) considera uma ameaça concreta ou potencial “como a conjunção de atores, estatais ou não, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio”.

Piletti assim destaca a atenção da Defesa brasileira para com as novas ameaças:

[...] um conjunto disperso e múltiplo de fenômenos e atores, predominantemente não estatais e transnacionais, vem se tornando cada vez mais um importante alvo das políticas de segurança norte americanas e ocidentais, fato este que tem provocado um obscurecimento da tradicional distinção moderna entre conflitos externos e segurança interna. Estes novos atores e fenômenos de caráter não tradicional são definidos na política de defesa dos EUA como as “novas ameaças”. O conceito envolveria atividades diversificadas, tais como o terrorismo e o crime organizado em geral, destacando-se, por exemplo, o narcotráfico, o tráfico de armas e o de pessoas (PILETTI, 2008, p.8).

Carneiro (2001) afirma que Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o objetivo de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Pfaender (2013) debate que o termo Segurança Pública se refere ao grau relativo de tranquilidade que compete ao Estado proporcionar ao cidadão, garantindo-lhe os direitos de locomoção, vida, propriedade e zelando pela manutenção dos costumes e dos princípios de moral social, caracterizando como dever do Estado.

Diante da necessidade da pesquisa em publicações estrangeiras, este trabalho buscará fontes no Exército Americano, devido aos resultados eficientes mostrados em suas ações, além da constante participação nas mais recentes guerras ao redor do mundo que possibilitam assim uma constante atualização de manuais e cadernos de instrução.

Sendo assim, as publicações americanas consultadas serão o Tactical manual: small units tactical de março de 2018 além de duas cadernetas (Handbooks) que são: US Army Small Unit Tactics Handbook, de outubro de 2015, e o Ranger Handbook, de abril de 2017.

## **2.2 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS**

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: elaboração de questionários empregados junto aos Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, que participaram da Operação São Francisco, cujo objetivo foi mensurar as variáveis, compilar dados e, especialmente, determinar a eficiência no cumprimento das operações de GLO durante a operação, refletindo sobre a pacificação e analisando os pontos positivos e negativos do emprego da tropa especialmente em relação ao combate as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas.

As perguntas dos questionários tiveram a intenção de verificar os resultados gerados no emprego da tropa na operação e a impressão destes nos aspectos operacionais e sociais da missão. (vide **APÊNDICE B**)

Além dos questionários, a pesquisa contempla a coleta de dados através de observações, valendo-se de experiências do autor bem como de relatórios de final de missão que tratam de dados ligados ao tema e também valendo-se do “padrão-ouro”.

### 2.2.1 QUESTIONÁRIO

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, que participaram da Operação São Francisco. O estudo foi limitado particularmente a uma População de militares que efetivamente operaram no ambiente urbano da operação (companhias operacionais da F Pac IV) e travaram contato direto com a população e com elementos das Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

Conforme o conceito definido por Domingues (2005, p. 33), a amostragem intencional “ocorre quando o pesquisador seleciona intencionalmente os componentes da amostra”. Esse será o critério utilizado, já que se pretende controlar a qualidade das opiniões colhidas. Dessa forma, acredita-se que os resultados serão muito representativos, na medida em que mostrarão características importantes da missão.

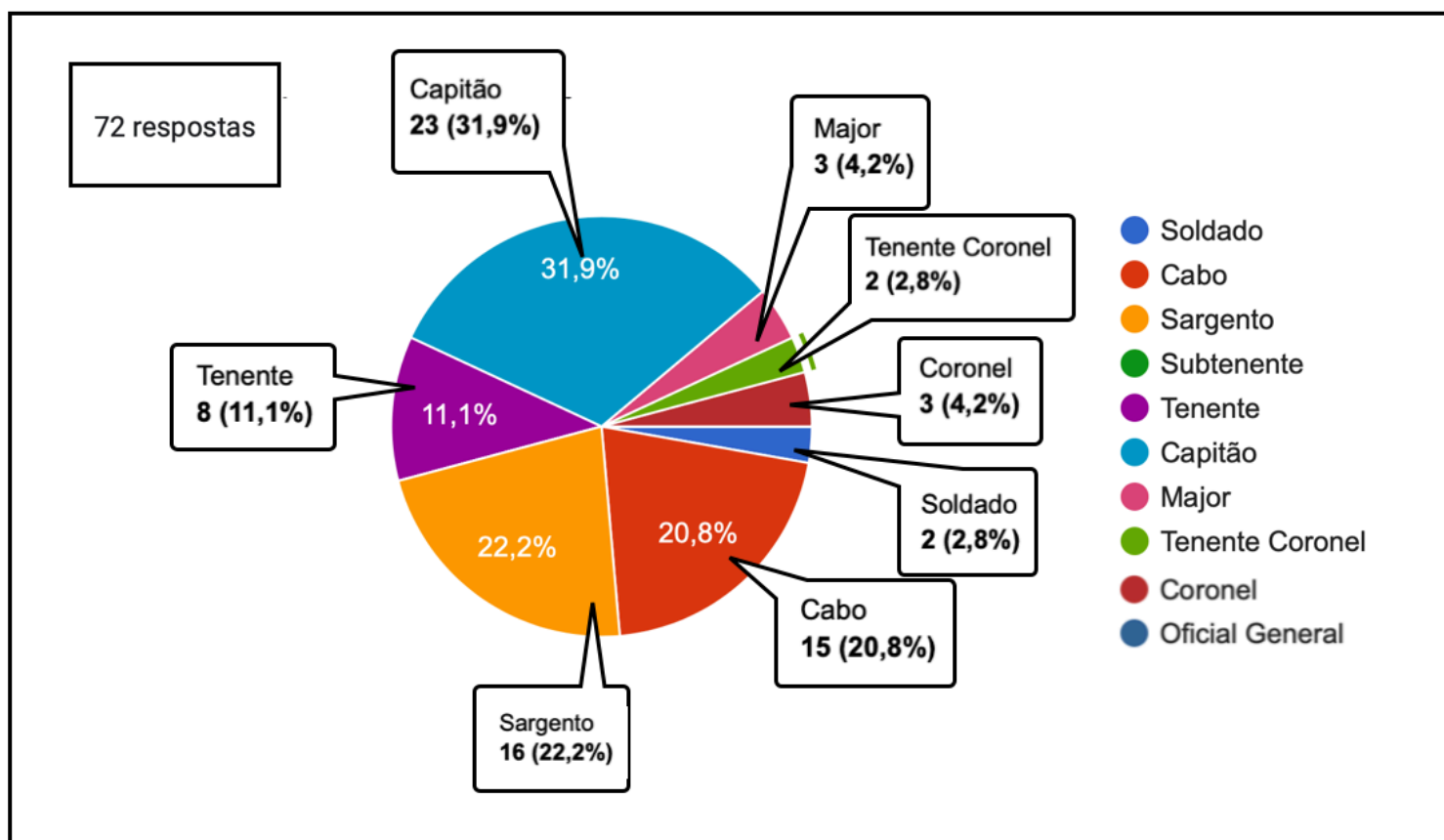
A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita unicamente a militares que efetivamente operaram no ambiente urbano da operação e travaram contato direto com a população e com elementos das Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas no âmbito da F Pac IV, pelo fato de possuírem uma interação maior com o *front na operação*.

Dessa forma, utilizando-se dados obtidos nos relatórios das operações, a população a ser estudada foi estimada em aproximadamente 400 militares (04 SU da F Pac IV - 28ºBIL). A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal ( $n_{ideal}$ ) foi de 59.

A amostra contemplou Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados. Dessa maneira, foram distribuídos questionários para militares do EB, do universo em questão, que participaram efetivamente de ações na rua durante a Operação São Francisco.

O efetivo acima foi obtido considerando 100% da amostra ideal prevista ( $n_{ideal}=59$ ), utilizando-se como N o valor de 59 militares, sendo todos participantes da Operação São Francisco.

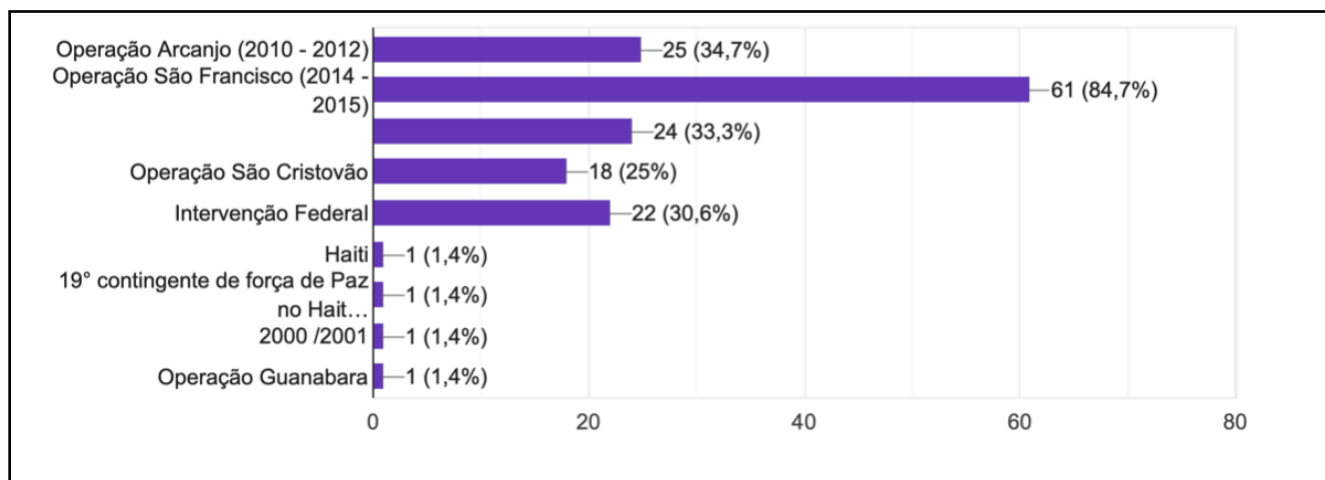
A amostra foi selecionada em diferentes Organizações Militares, de maneira a não haver interferência de respostas em massa ou influenciadas por episódios específicos. A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma indireta (envio do questionário pelo aplicativo WhatsApp) para militares que atendiam os requisitos. 72 respostas foram obtidas (122,03% de  $n_{ideal}$ ), sendo que 61 militares foram participantes efetivos da Operação São Francisco (103,3% de  $n_{ideal}$ ).



**GRÁFICO 1** – Efetivo da amostra, em valores absolutos e percentuais, divididos por Postos e Graduações referentes aos militares envolvidos.

Fonte: O autor

Verifica-se de imediato que o universo de militares que responderam aos questionários é bastante heterogêneo, proporcionando visões diferentes e análise de dados com percepções dos diversos círculos hierárquicos, enriquecendo sobremaneira a pesquisa.



**GRÁFICO 2** – Efeito da amostra, em valores absolutos e percentuais, evidenciando as operações nas quais os referidos militares participaram.

Fonte: O autor

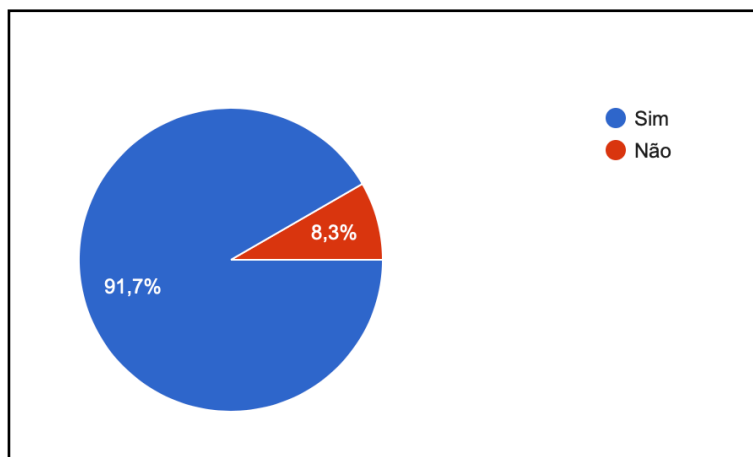
A partir do  $n_{ideal}$  (59), depreende-se que o tamanho amostral obtido ( $n=72$ ) foi superior ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra, não inviabilizando, tampouco reduzindo a relevância desta pesquisa, haja vista a especialização da amostra.

Foi realizado um pré-teste com 5 capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais da mesma forma.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, através dos dados coletados, fica evidente que a amostra da pesquisa é constituída de militares com experiência no combate urbano e que participaram efetivamente da operação em questão em diferentes funções tais como Fuzileiro, Cmt Esq, Cmt GC, Adj Pel, Cmt Pel, SCmt SU, Cmt SU, Integrante de EM OM, funções de apoio, e outras funções.

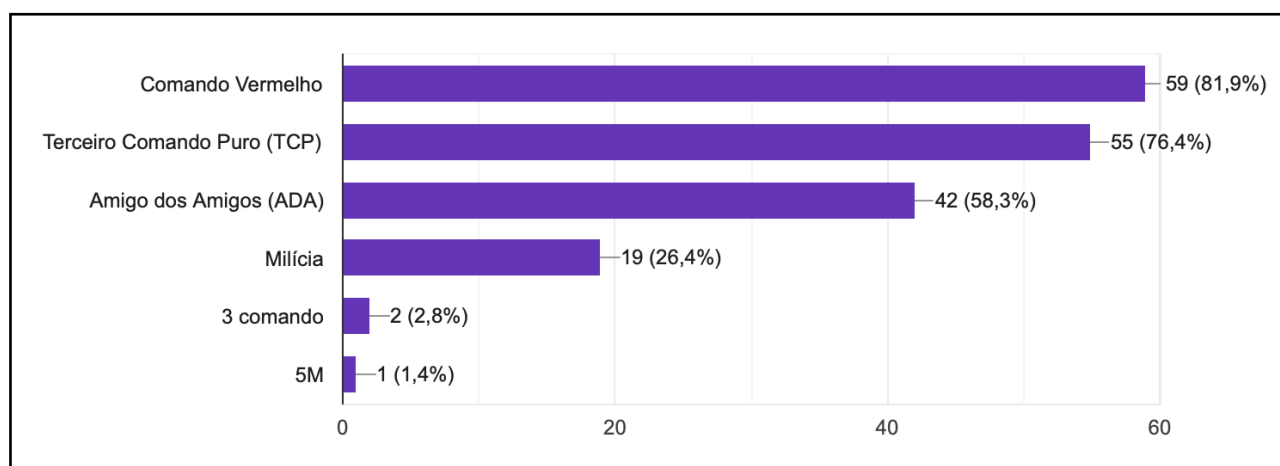
Ainda, ressalta-se que 91,7% travou contato direto com elementos de Organizações Criminosas ligas ao tráfico de drogas, conforme o gráfico:



**GRÁFICO 3** – Percentual de militares que travaram contato direto com elementos de Organizações Criminosas ligas ao tráfico de drogas durante as operações.

Fonte: O autor

Em relação ao contato com elementos das Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas pode-se destacar como sendo as principais o Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA), conforme o gráfico abaixo:



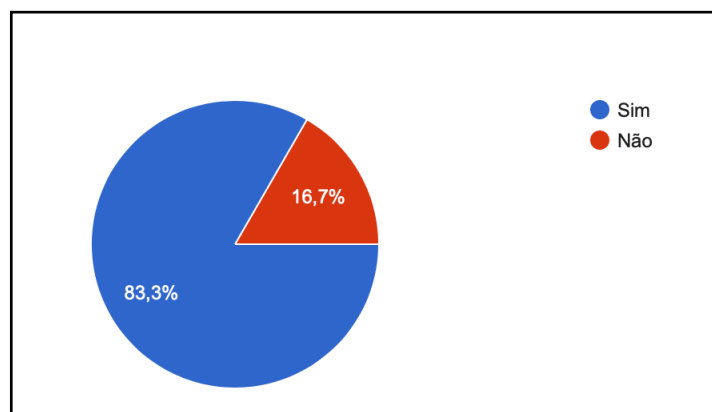
**GRÁFICO 4** – Principais Organizações Criminosas, ligadas ao tráfico de drogas, e o efetivo da amostra, em valores absolutos e percentuais, que travou contato com elementos ligados às mesmas durante a operação.

Fonte: O autor

As principais atividades desenvolvidas durante a missão foram: Posto de Bloqueio e Controle de Vias (PBCV), Revistas de pessoas/veículos, Operações de Busca e Apreensão (OBA), Patrulhamento Ostensivo (a pé e motorizado), Posto de Segurança Estático (PSE), Operações de Apoio à Informação, Ações Cívicas Sociais (ACISO) e Segurança e Escolta de Autoridades.

O total de 83,3% dos militares participantes da pesquisa relataram que o emprego da tropa foi um diferencial no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas havendo sensível e perceptível diminuição de ações dos

elementos ligados as ORCRIM a partir do início da missão e no seu prosseguimento. Quanto mais tempo a tropa estava efetivamente no terreno mais as atividades das ORCRIM eram “sufocadas”.

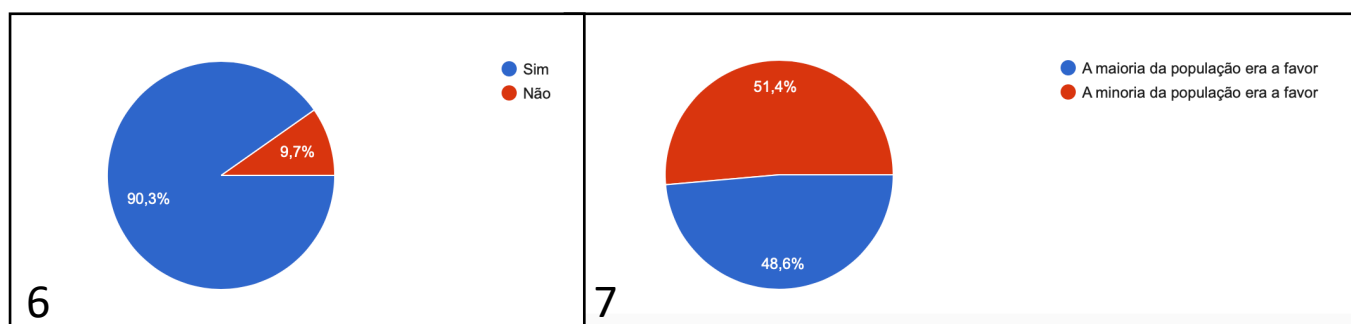


**GRÁFICO 5** – Percentual de militares que acreditam que o emprego da tropa foi um diferencial no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

Fonte: O autor

Ainda, 90,3% afirmaram que o emprego da tropa, no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas tiveram efeito direto na diminuição dos índices de criminalidade e violência na área de operações, porém, a minoria dos militares acredita que a população da área de operações era a favor do emprego da tropa.

Nesse aspecto ficou claro que a população em geral era a favor da presença do Exército Brasileiro na comunidade, garantindo paz social e uma janela de oportunidade para que outros órgãos do estado ou outras instituições pudessem atuar de maneira eficaz na área, porém, também ficou evidente o receio das pessoas de se exporem frente a elementos das ORCRIM.



**GRÁFICOS 6 e 7**– Percentual de militares que acreditam que o emprego da tropa no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, tiveram efeito direto na diminuição dos índices de criminalidade e violência na área de operações (6) e da impressão da tropa em relação ao apoio da população (7).

Fonte: O autor



Na análise dos questionários, bem como de relatórios de término de missão, foram verificados diversos pontos positivos da atuação da tropa na operação, bem como oportunidades de melhoria em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, relacionados abaixo:

Como pontos positivos da Operação em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas foram evidenciados os seguintes aspectos que se destacaram:

a. Aumento da sensação de segurança na área de operações durante a permanência da tropa;

b. A conscientização crescente da população em relação ao emprego e trabalho das FFAA, bem como o resgate e aumento da boa imagem da Força Terrestre;

c. Melhorias significativas nas Técnicas Táticas e Procedimentos nesse tipo de operação, aumentando a operacionalidade da tropa;

d. A possibilidade de manter uma presença constante no território controlado pelas Organizações Criminosas representou um inegável transtorno às lideranças criminosas que inevitavelmente tiveram que reduzir suas atividades a fim de “sobreviverem” e aguardarem a “eventual saída da tropa”. Com isso, houve sensível diminuição dos índices de criminalidade e violência na região;

e. Diminuição do volume de vendas das ORCRIM, bem como a desestruturação de seus esquemas criminosos;

f. Possibilidade de incremento do “*Know How*” no relacionamento com agências e outros órgão governamentais nas operações interagências no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas;

g. Desenvolvimento da doutrina no que se refere às tropas com características especiais e/ou específicas como Tropa de OpEsp, Pelotão de Reconhecimento dos Btl Inf em Op GLO e Cmb Urb e o emprego dos caçadores como peças de manobra em apoio a SU Inf durante Op Mil Amb Urb;

h. Aperfeiçoamento das técnicas de progressão em área edificada no combate contra elementos envolvidos com às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas;

i. Emprego do princípio da Massa que sempre era o fator diferenciador no combate contra elementos envolvidos com às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas;

j. Prisões e apreensões de elementos, armamento e material envolvidos com às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas.

Como oportunidades de melhoria da Operação em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas foram evidenciados os seguintes aspectos que se destacaram:

a. Necessidade de melhoria na parte logística em geral, no que tange aos alojamentos e banheiros da tropa, segurança da base (local a vista dos APOP), meios de transporte inapropriado para atuação da tropa (falta de proteção blindada), alimentação (má qualidade ou regulada em alguns momentos), e falta de tempo em diversas situações (como de preparação para saída à rua);

b. Melhoria no apoio jurídico durante as operações. Foi perceptível por parte da tropa a dificuldade de se conseguir respaldo jurídico (mandados), com oportunidade, para certas operações como de Busca e Apreensão, por exemplo. Ainda no tocante ao aspectos jurídicos, uma oportunidade de melhoria seria em relação às regras de engajamento da tropa que, inclusive, tiveram de ser alteradas durante a missão devido às hostilidades e abusos dos elementos ligados ao CO;

c. Necessidade de aprimoramento do “*modus operandi*” das unidades de OpEsp na entrada em área sensível, bem como a conscientização do uso adequado dos OpEsp em GLO;

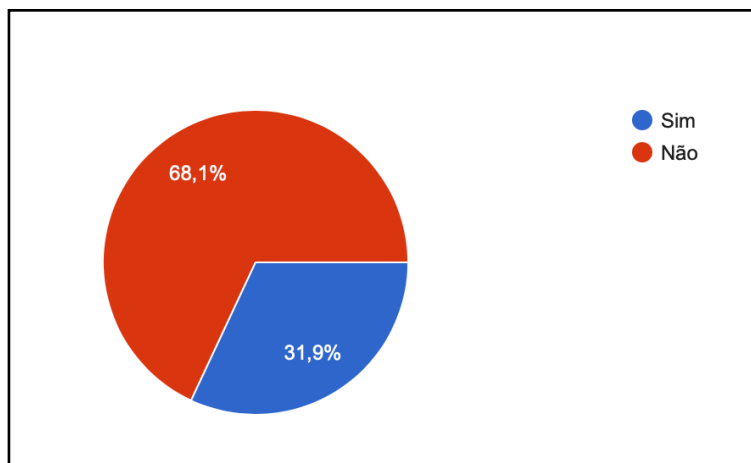
d. A necessidade de melhoramento de material em geral, como viaturas, equipamentos e armamentos além de melhor utilização das viaturas blindadas/mecanizadas para garantir melhor mobilidade e proteção à tropa que estava no terreno;

e. Necessidade de adequação e evolução da doutrina no emprego da inteligência militar operacional. É necessário um trabalho de inteligência que levante alvos de valor militar. Lideranças e pontos de apoio precisam ser identificados e neutralizados para assegurar o sucesso da missão. Além disso, ficou evidente a necessidade de retorno das informações analisadas pelo escalão superior para a tropa, de maneira mais eficiente e que corroborasse com as operações. A pouca difusão das informações de inteligência fazia com que a tropa atuasse sem saber dados básicos sobre a maioria dos criminosos mais conhecidos da área e alguns deles permaneciam escondidos dentro das comunidades sem serem percebidos pela Tr;

f. Melhor adestramento da tropa na coleta de dados para a inteligência;

g. Maior atuação de outras Instituições e Órgãos Governamentais na janela de oportunidade, aberta pela presença da tropa. Além disso, houve falta de continuidade dos trabalhos após o final da missão. A presença mais efetiva do Estado nas comunidades no durante e no pós operações era fator preponderante para o real ganho social, não sendo suficiente apenas a tropa nas ruas se a infraestrutura das comunidades, oferecida pelo Estado, não fosse melhorada;

Durante as operações ficou evidente que outras instituições ou Órgãos Governamentais poderiam atuar de maneira mais efetiva na área de operações, com a finalidade de assistir a população e gerar resultados no sentido de garantir seus serviços, de tal sorte que houvesse uma continuidade dos trabalhos após a retirada das tropas da área de operações.



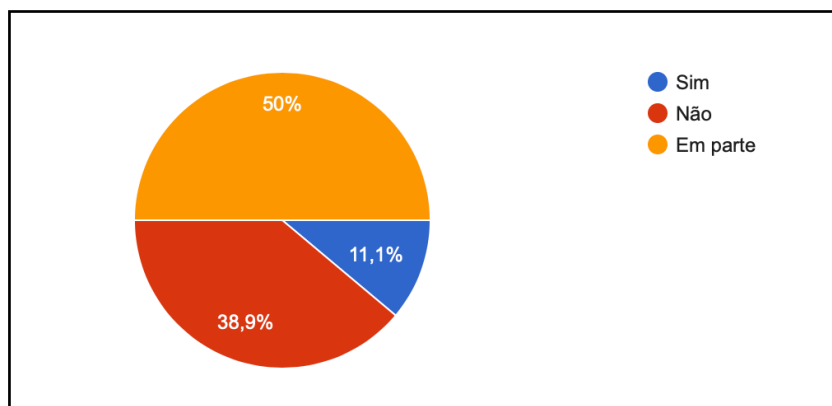
**GRÁFICO 8** – Percentual de militares que acreditam que durante as operações outras instituições ou Órgãos Governamentais atuaram de forma eficaz na área com a finalidade de assistir a população e gerar resultados no sentido de garantir seus serviços à população.

Fonte: O autor

Foi evidenciado grande apoio, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil, em algumas oportunidades durante as operações, como elementos contributivos atuando de forma conjunta em áreas sensíveis, controladas por elementos ligados às ORCRIM, tendo sido um diferencial no acesso da tropa em alguns locais de difícil entrada.

Um total de 61,1% dos militares que participaram da pesquisa relataram que após o fim das operações, houve um ganho real e continuado, na prática, com o emprego da tropa, no que tange ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, com a diminuição dos índices de criminalidade e violência na zona de ação.

Não podemos deixar de citar nesse momento importantes indicadores dos resultados da Operação São Francisco, divulgado pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISPRJ) na *internet* no *site* “G1”: evidenciou-se que até a chegada da Tropa no Complexo da Maré (ABR 2014), a taxa anual de homicídios na área, que era de 21,29 mortes por 100 mil habitantes, caiu para 5,33 mortes (redução por volta de 75%), após a ocupação das tropas federais (Fonte: Site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/pm-assume-ocupacao-de-favelas-da-mare-partir-desta-terca.html>. Acesso em: 10JUL2020).



**GRÁFICO 9** – Percentual de militares que acreditam que após o fim das operações, houve um ganho real e continuado, na prática, com o emprego da tropa no que tange ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, com a diminuição dos índices de criminalidade e violência na área.

Fonte: O autor

Eficácia é a obtenção de um efeito desejado após determinada ação, com a segurança de um bom resultado. De acordo com a percepção dos militares envolvidos na pesquisa a eficácia da operação, em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas foi muito alta, alta ou normal (63,9%).

De acordo com o explorado, as Organizações Criminosas se fortalecem à medida que o Estado cede espaço. No caso específico da missão no Complexo da Maré no Rio de Janeiro - RJ, ficou bastante claro desde o início que os objetivos militares intermediários poderiam ser alcançados mas, o estado final desejado seria bem mais difícil, devido ao fato de se tratar de uma situação muito mais complexa e estrutural do que apenas a questão da segurança pública.

Por fim, o ideal é que o emprego da tropa deva ser cuidadosamente estudada, para evitar a saturação das áreas além da exposição desnecessária e demasiada dos militares na “ponta da linha” bem como da Força Terrestre em si. A assistência à população é de extrema importância pois, se não, todo trabalho fica vago. Ainda segundo nota da própria F Pac:

As metas estipuladas para esta Operação foram atingidas pela retomada da área enquadrada e pela perda da liberdade de ação das organizações criminosas. Não há espaço na comunidade que não seja patrulhado, o uso ostensivo de armas diminuiu e o comércio ilegal de entorpecentes teve uma forte redução. Destaca-se o apoio da população, que deixou de ser explorada de forma impune pelo crime e passou a se beneficiar da crescente presença do Estado, sob a forma de melhorias nas áreas sociais.

Desde o início da operação foram realizadas mais de 65.000 ações, 583 prisões, 228 apreensões de menores por cometimento de atos infracionais e 1.234 apreensões de drogas, armas, munições, veículos, motos e materiais diversos. Destaca-se a prisão de integrantes

importantes na estrutura do crime organizado, causando desestruturação organizacional nas facções e uma perda significativa nos lucros com o comércio de entorpecentes.

Tais ações foram facilitadas pelo Disque-Pacificação, que permitia aos moradores realizarem ligações anônimas com o objetivo de auxiliar na identificação de possíveis crimes e de estreitar relações com os militares. Esse canal, que funcionava 24 horas por dia, recebeu mais de 2.300 informações. Além disso, existia um serviço de Ouvidoria, para reclamações, críticas e sugestões.

A Força de Pacificação contabilizou cerca de 21 militares feridos em ações operacionais e a perda irreparável do Cabo MIKAMI, assassinado covardemente por integrante de facção criminosa.

Fonte: Nota à Imprensa - Força de Pacificação (F Pac) – Operação São Francisco ([www.eb.mil.br](http://www.eb.mil.br)).

Desde o início da operação, era perceptível que a segurança pública era apenas um dos aspectos a serem buscados na restauração da paz social. Em paralelo às ações, seria preciso melhorar a presença do Estado nas diversas áreas de sua responsabilidade (educação, saneamento, saúde, urbanismo, lazer, criação de empregos, transporte, entre outras).

Dentro desse contexto foram tomadas pela Força Terrestre diversas decisões bem como implementadas diversas ações para se atingir a plenitude da pacificação como as parcerias com instituições e órgãos governamentais. Um exemplo foi a justiça itinerante realizada em parceria com o tribunal de justiça do Rio de Janeiro, regularização do recolhimento de lixo da comunidade, limpeza da área incluindo ruas e canais, projetos de melhoria no saneamento básico, na distribuição de energia, operações de garantia na votação e apuração durante o período eleitoral, entre tantos outros implementados pela F Pac.

Merece destaque a atuação da F Pac no contato com as crianças, tanto nas ações de patrulhamento como no trabalho em conjunto com as escolas do complexo em melhorias das instalações e condições de ensino e na implementação de projetos que levou crianças para visitas culturais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto às questões de estudos e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, analisando de forma abrangente o complexo emprego da Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), no complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, no com-

bate as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas e evidenciar seus reflexos para o EB e para a sociedade como um todo, refletindo sobre a pacificação.

Foram analisados os antecedentes históricos e legais do emprego da Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), em 2014, no complexo de favelas da Maré além de evidenciar as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas atuantes na área de operações.

Foram avaliados os reflexos da Operação, para Militares e Civis, evidenciando aspectos positivos e negativos do emprego da tropa para ambos bem como os resultados no combate as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas.

Foram compilados os dados e avaliadas as experiências dos Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, adquiridas como integrantes da operação no ano de 2014, nas diversas funções bem como as experiências adquiridas do autor, após a observação como participante da operação, na condição de Comandante de Pelotão (Cmt Pel) na missão;

Além de todo o estudo e análise em relação a atuação da F Pac no combate as ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas ficou claro que o processo de pacificação é bem mais complexo do que simplesmente o emprego de forças policiais e militares. Essas, simplesmente, criam as condições e uma janela de oportunidade para que outras instituições e órgãos governamentais possam realizar seus trabalhos de forma que a lei e a ordem imperem e a cidadania plena atinja a todos os cidadãos de bem.

Com esse intuito, a tropa conseguiu cumprir sua missão e desarticular as ORCRIM, além de incrementar projetos sociais e facilitar a atuação das esferas governamentais em melhorar as condições de cidadania e de vida da população da área, agindo de maneira a criar uma real atmosfera de segurança e paz social para a atuação conjunta junto aos órgãos estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

Através das operações, foram atingidos os objetivos de se ganhar a confiança da população de forma a restringir a liberdade de ação das facções criminosas, retirando a sensação de impunidade que existia, sufocando seu poder econômico durante e após as operações de pacificação, com um trabalho conjunto com outras instituições e órgãos governamentais.

Segundo o General de Exército Braga Netto:

O papel das forças Armadas na intervenção não é ficar tutelando, mas consolidar e articular as instituições – polícia, corregedoria, inteligência, vigilância de fronteiras, controle de armas – dentro da própria corporação – para que combatam o crime de maneira eficaz. É um trabalho contínuo. Se a polícia precisa do exército de forma pontual, ela nos chama. Não custa repetir: o Estado deve comparecer com serviços, saúde, educação, senão não há resultado de longo prazo. (BRAGA NETTO, 2018a)

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Roberto. **Operação no Amplo Espectro: novo paradigma do espaço de batalha**. Doutrina Militar em Revista, Brasília, edição 001, p. 22, janeiro a março de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Exército. Centro de Doutrina do Exército. **Manual de Campanha Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas – C 21-30**. 4. ed. Brasília, DF: Estado Maior do Exército, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.897, de 24 de ago. de 2019. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências**, Brasília, DF, ago 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Chefia de Operações Conjuntas. **Histórico de GLO**. Brasília (DF), abr. 2019. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>> Acesso em: 25 jun. 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Diretriz de Planejamento Operacional Militar nº 04/17, de 14 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017b.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2014a

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: 18DEZ2008

\_\_\_\_\_. Estado Maior do Exército. **Manual de Campanha Operações EB70-MC-10.223**. 5d. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. **Garantia da Lei e da Ordem MD33-M-10**. Brasília, DF, 2014.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DEWILDE, Jaap. **Security: a new framework or a nalysis**. Boulder:Rienner,1997.

CARNEIRO, S T. **Segurança pública no Brasil**. 2001. 35 f. Monografia – Escola de Comando do Estado Maior de Exército, Rio de Janeiro, 2001.

DOMINGUES, C. A. **Metodologia da Pesquisa**: elaboração de artigos científicos. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2005. 59 p.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. **Apresentação de trabalhos acadêmicos e dissertações**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2006.

EXÉRCITO (São Paulo). Comando da 2a Divisão de Exército. **NOTA DE INSTRUÇÃO DE TÉCNICAS, TÁTICAS E PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÕES EM AMBIENTES URBANOS**. 1a. ed. São Paulo: [s. n.], 2019. 89p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 184 p.

LONDOÑO, E; DARLINGTON, S. Brazil's Military Is Put in Charge of Security in Rio de Janeiro. **The New York Times**, 16 fev. 2018. Disponível em: < [https:// www.nytimes.com/2018/02/16/world/americas/brazil-rio-military- security.html](https://www.nytimes.com/2018/02/16/world/americas/brazil-rio-military-security.html)>. Acesso em 25 jun. 2019.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204p.

PFAENDER, Alexandre. J. **Exército Brasileiro e a Segurança Pública**: nova mentalidade e novos desafios. 2013. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia**: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PRISCO, Abelardo De S. N. **O Emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré**. Estudo de Caso - Março 2015. Military Review p.18 a 30. setembro-outubro 2015.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da pesquisa científica**: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares. 3. ed. Rio de Janeiro, ESAO, 2006. 130p.



SILVA. E. L.; MENEZES. E. M., **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: LED/UFSC, 2001.

UNITED STATES OF AMERICA. **Ranger handbook: Not For Weak or Fainthearted**, US Army, 2018a.

\_\_\_\_\_. **US Army Small Unit Tactics Handbook**. Paul D LeFavor, 2015.

\_\_\_\_\_. **Tactical Manual: Small Unit Tactics**. Max Alexander, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre:Bookman, 2001.

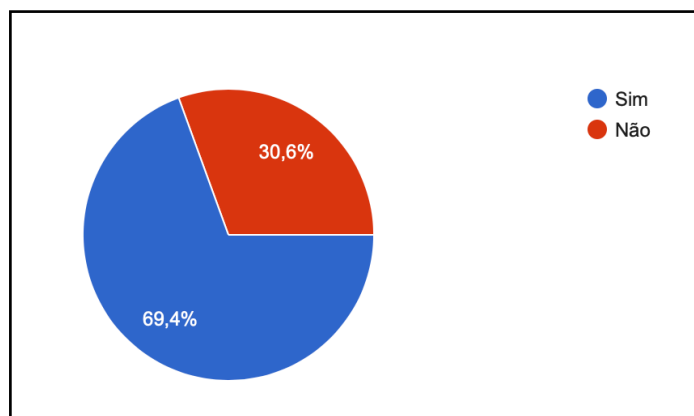


## ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

### APÊNDICE A - SOLUÇÃO PRÁTICA DE ARTIGO CIENTÍFICO

**O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

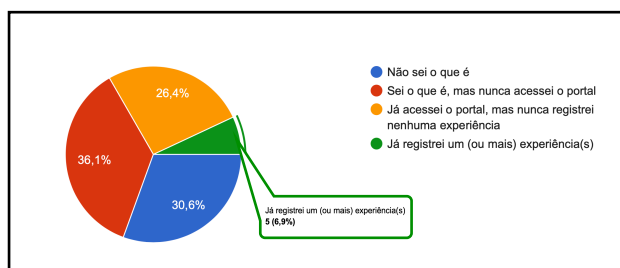
Conforme analisado nos questionários, aproximadamente 70% dos militares avaliados informaram que as melhores práticas/lições apreendidas em exercícios/operações são registradas ao final de cada atividade visando o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre conforme o gráfico abaixo:



**GRÁFICO A.1** – Percentual de militares que informaram que as melhores práticas/lições apreendidas em exercícios/operações são registradas ao final de cada atividade visando o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre.

Fonte: O autor

Porém, conforme analisado nos questionários, menos de 7% dos militares avaliados chegou a registrar uma (ou mais) experiência(s) adquirida(s) em qualquer operação no Sistema de Acompanhamento Doutrinário e Lições Apreendidas (SADLA):



**GRÁFICO A.2** – Percentual de militares sobre o Sistema de Acompanhamento Doutrinário e Lições Apreendidas (SADLA) do Exército Brasileiro.

Fonte: O autor

Como solução prática, para que o Conhecimento de Interesse da Doutrina desenvolvido a partir do emprego da Força de Pacificação IV, na Operação São Francisco, após a análise que evidenciaram os pontos positivos e negativos dessa operação, tanto para a tropa como para a sociedade como um todo e, após reflexão sobre a pacificação, especialmente em relação ao combate as Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, no presente trabalho seria interessante a compilação dos dados individuais para um estudo mais aprofundado em relação a possíveis mudanças doutrinárias nesse tipo de emprego de tropa.

A presente investigação teve por objetivo contribuir com a DMT no cumprimento das atribuições operacionais do EB, no contexto das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, de GLO, na força terrestre, e pode ser utilizada como base para atualizar as fontes de consultas existentes sobre o assunto.

Espera-se que, no âmbito da Força Terrestre, que este conhecimento esteja disponível para qualquer militar interessado e compartilhado para outras Organizações Militares (OM), possibilitando que diferentes frações tenham a capacidade de operar em uma mesma operação, ampliando a eficiência e segurança dos militares no cumprimento das missões no enfrentamento de elementos vinculados a ORCRIM ligadas ao tráfico de drogas.

Ainda espera-se, no tocante ao estudo dos reflexos para a população, do emprego das FFAA, na Força de Pacificação IV na Operação São Francisco, no combate às ORCRIM ligadas ao Tráfico de Drogas possa servir de subsídio para melhorar a imagem da Força Terrestre em diversas situações em conjunto com a Comunicação Social do Exército.

Por fim, objetiva-se que o presente trabalho complemente os conhecimentos da literatura militar e corrobore com a doutrina abordando um assunto de suma importância.



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**  
**SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO**

**O EMPREGO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO IV (OPERAÇÃO SÃO FRANCISCO), NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS LIGADAS AO TRÁFICO DE DROGAS, NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: REFLEXÕES SOBRE A PACIFICAÇÃO.**

O presente questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Cap Inf Murilo Leone Bueno da Silva, cuja proposta é estudar o emprego do Exército Brasileiro no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas: refletindo sobre a Força de Pacificação IV (Operação São Francisco), em 2014, no complexo de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro e seus resultados tanto para o EB como para a sociedade como um todo.

Suas opiniões serão muito importantes para ajudar a estruturar e desenvolver a Doutrina Militar Terrestre nesse tipo de emprego de tropa. Este questionário utiliza a ferramenta do Google Forms e, enviadas as respostas, não haverá identificação do e-mail de origem. A divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica. Qualquer dúvida durante a realização do questionário poderá ser dirimida por meio de contato digital.

**IDENTIFICAÇÃO**

**1. Qual o seu posto ou graduação?**

- Sd
- Cb
- Sgt
- ST
- Ten
- Cap
- Maj
- TC
- Cel
- Of Gen

**2. O Sr. já participou de uma operação na qual o Exército Brasileiro foi empregado no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas?**

- SIM
- NÃO

**3. O Sr. já participou de alguma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2020?**

- SIM
- NÃO

**4. Em qual operação o Sr. participou mais especificadamente? (marque mais de uma se for o caso):**

- Operação Arcanjo (2010 - 2012)
- Operação São Francisco (2014 - 2015)
- Operações de GLO pontuais na cidade do Rio de Janeiro
- Operação São Cristovão
- Intervenção Federal
- Outras

**5. Qual função o Sr. desempenhou na(s) operações? (marque mais de uma se for o caso):**

- Fuzileiro
- Cmt Esq
- Cmt GC
- Adj Pel
- Cmt Pel
- S Cmt SU
- Cmt SU
- Integrante de EM OM
- Cmt OM
- Integrante de alguma fração de apoio
- Outros

**6. Durante as operações o Sr/Sua Fração, travou contato com Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de Drogas?**

- SIM
- NÃO

**7. Quais organizações Criminosas atuavam na área de operações que estavam ligadas ao tráfico de drogas? (marque mais de uma se for o caso)**

- Comando Vermelho
- Terceiro Comando Puro (TCP)
- Amigo dos Amigos (ADA)
- Milícia
- Outras

**8. Quais as atividades que o Sr. desenvolveu na missão juntamente com sua Fração? (marque mais de uma se for o caso):**

- Posto de Bloqueio
- Revistas de pessoas/veículos
- Patrulhamento Ostensivo à pé/motorizado
- Operações de Busca e Apreensão
- Operações de Controle de Distúrbios
- Posto de Segurança Estático (PSE)
- Estabelecimento de Ponto Forte
- Operações de Apoio à Informação
- Operações de Inteligência
- Operações de Apoio no geral
- ACISO
- Outras atividades

ASPECTOS DE PESQUISA E DOCTRINA
---------------------------------

**9. Na sua opinião, o emprego da tropa foi um diferencial no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas?**

- SIM
- NÃO

**10. Na sua opinião, o emprego na tropa no combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas tem efeito direto na diminuição dos índices de criminalidade e violência na área de atuação?**

- SIM
- NÃO

**11. Na sua opinião a população na área de operações estava a favor do emprego da tropa?**

- A maioria da população era a favor
- A minoria da população era a favor

**12. Na sua opinião, quais foram os pontos positivos da Operação em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas? (Opcional)?**

**13. Na sua opinião, quais foram as oportunidades de melhoria da Operação em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas? (Opcional)?**

**14. Na sua opinião, durante as operações outras instituições ou Órgãos Governamentais atuaram na área com a finalidade de assistir a população e gerar resultados no sentido de garantir seus serviços?**

- SIM
- NÃO

**15. Sobre a questão acima, se a resposta foi “SIM”, qual Instituição ou Órgão Governamental atuou na área?**

**16. Na sua opinião, após o fim das operações, houve um ganho real e continuado, na prática, com o emprego da tropa no que tange ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas, com a diminuição dos índices de criminalidade e violência na zona de ação?**

- SIM
- NÃO
- EM PARTE

**17. Eficácia é a obtenção de um efeito desejado após determinada ação, com a segurança de um bom resultado. De acordo com sua percepção, como pode ser classificada a eficácia da operação que o Sr. participou, em relação ao combate às Organizações Criminosas ligadas ao tráfico de drogas?**

- Eficácia muito alta
- Eficácia alta
- Eficácia normal
- Eficácia baixa
- Eficácia muito baixa

<b>SOLUÇÕES PRÁTICAS</b>
--------------------------

**18. Sobre o Sistema de Acompanhamento Doutrinário e Lições Apreendidas (SADLA) do Exército Brasileiro:**

- Não sei o que é
- Sei o que é, mas nunca acessei o portal
- Já acessei o portal, mas nunca registrei nenhuma experiência
- Já registrei um (ou mais) experiência(s)

**19. Em sua OM atual (caso esteja em alguma escola considere a sua última OM), as melhores práticas/lições apreendidas em exercícios/operações são registradas ao final de cada atividade visando o desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre?**

- SIM
- NÃO

<b>FECHAMENTO</b>
-------------------

**20. Utilize o espaço abaixo caso o Sr. queira contribuir com alguma experiência relevante para a pesquisa.**

---

---

---

---

**Obrigado pela participação.**